



Justiça julga policial acusado de assassinar advogado

O julgamento sobre o assassinato do advogado e militante de Direitos Humanos, Francisco Gilson Nogueira de Carvalho, começou nesta quinta-feira (6/6), em Natal (RN). O advogado foi assassinado no dia 20 de outubro de 1996. Ele era advogado do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular. Carvalho investigava e reportava crimes cometidos por um esquadrão da morte formado por policiais e conhecido como “Meninos de Ouro”.

O julgamento será realizado mesmo depois de ser questionado o seu desaforamento em várias instâncias da Justiça, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

A defesa do principal indiciado do crime, o policial civil aposentado Otávio Ernesto Moreira, requereu a transferência do local de realização do julgamento da cidade de Macaíba para Natal. O pedido foi aceito pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, mesmo sob os protestos do Ministério Público Estadual e dos advogados assistentes de acusação. Entre os advogados, o representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavanere.

No decorrer das investigações, o atual presidente do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, Roberto Monte, e o delegado de Polícia Plácido Medeiros, passaram a sofrer sérias ameaças de morte. Por isso, a Organização dos Estados Americanos (OEA), em dezembro de 2001, pediu para o governo federal assegurar a vida dos dois. Até o momento nenhuma providência nesse sentido foi adotada.

O Centro de Direitos Humanos e Memória Popular-CDHMP, o Centro de Justiça Global e a Articulação Estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos-RN afirmam que estão preocupados com a situação.

Date Created

06/06/2002